

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# **G** BOLETIM GOIANO. *de* eografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

---

VOL. 16 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1996

# TEORIA MARXISTA DE EVOLUÇÃO URBANA: breve introdução\*

Carlos Eduardo Santos Maia\*\*

## RESUMO

No presente trabalho, realizamos uma análise sucinta sobre a teoria marxista de evolução urbana, enfocando tal processo desde o regime de propriedade tribal até o capitalismo monopolista. A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre a necessidade de se redimensionar a evolução urbana sob a luz do método fenomenológico.

---

**UNITERMOS:** Evolução Urbana / Urbanização / Geografia Urbana

---

## 1. – INTRODUÇÃO

Embora alguns autores apontem o caráter secundário, disperso e fragmentado das questões espaciais – incluindo-se o espaço urbano – nas obras de Marx, não se pode negar a influência de seu pensamento nos estudos desse tema, influência esta que se tornou marcante nas pesquisas geográficas principalmente após a greve geral na França de 1968.<sup>1</sup>

---

\* Resumo de parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado “*Segregação residencial urbana – análise teórica e síntese comparativa entre as perspectivas positivista e marxista*”, defendida em julho de 1994 no PPGG/UFRJ.

\*\* Professor Assistente do Departamento de Geografia da UFG - Mestre em Geografia pela UFRJ.

Pode-se dizer que foi Henri Lefébvre o introdutor do viés espacial nas interpretações marxistas contemporâneas acerca do urbano. Lefébvre, originariamente, apóia a sua “teoria espacial” no postulado marxista de que a estrutura econômica é a base de formação do ser social. Por isso, ele considera que “cada grande tipo de sociedade, em outras palavras, cada modo de produção, teve seu tipo de espaço”.<sup>2</sup> A partir deste princípio, os marxistas passaram a criticar as concepções de espaço absoluto/abstrato que impregnavam as Ciências Sociais. O espaço agora passa a ser visto, sobretudo, como resultado do trabalho social, ou melhor, como um reflexo do modo de produção em que o trabalho social é realizado. Mas Corrêa observa que

o seu caráter de reflexo social não diz respeito apenas ao presente. A organização espacial acumula formas herdadas do passado. Elas tiveram uma gênese vinculada a outros propósitos e permaneceram no presente, porque puderam ser adaptadas às necessidades atuais, que não mudaram substancialmente ao longo do tempo.<sup>3</sup>

Pela criação de formas que possuem certa temporalidade, o espaço é, ao mesmo tempo, “condição para a reprodução social”.<sup>4</sup>

Em referência à cidade, uma orientação fornecida pelo marxismo ao seu estudo pode ser sumariada nas seguintes palavras de Harvey: “Historicamente, a cidade parece ter funcionado como um pivô em torno do qual um dado modo de produção se organiza, como centro de revolução contra a ordem estabelecida, e como centro de poder e privilégio (contra o qual se revolta).”<sup>5</sup>

No presente trabalho, considerando-se tais papéis que a cidade exerce na dinâmica social, objetiva-se apresentar, rapidamente, o curso do movimento de evolução urbana a partir da teoria marxista.

## 2. – DAS ORIGENS ÀS CIDADES MEDIEVAIS

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels explicam rapidamente como a cidade originou-se de maneira incipiente no regime de “propriedade

tribal” (STAMMEIGENTUM), o qual expressa a forma mais primitiva de divisão da sociedade em classes. A estrutura social desta “primeira forma de propriedade” baseou-se numa divisão do trabalho bastante rudimentar, limitando-se “a uma maior extensão da divisão do seio da família”,<sup>6</sup> embora já houvesse relações escravagistas. Esta “natureza ‘fechada’ das unidades comunais significa que as cidades mal pertencem à economia”.<sup>7</sup>

A “propriedade tribal” em sua forma mais evoluída, entretanto, possibilitou a criação de alguns núcleos urbanos de importância significativa quando houve a substituição do trabalho familiar independente em determinada parcela do terreno pela “organização comunal trabalho”.<sup>8</sup>

Na segunda forma de propriedade, a “propriedade comunal estatal”, a cidade despontou como ponto central de organização social. A transitoriedade daquela para esta fase de divisão do trabalho é assim expressa por Ribeiro:

Das primitivas comunidades agrícolas igualitárias e das hordas pastoris, fundadas ambas na propriedade coletiva da terra e dos rebanhos e na garantia a cada unidade familiar dos produtos do seu trabalho, passa-se, assim, progressivamente, a sociedades de classe, assentadas na propriedade privada ou em outras formas de apropriação e de acumulação do produto do trabalho social. Umas e outras tomam-se cada vez menos solidárias internamente, porque as relações entre pessoas, antes reguladas pelo parentesco, começam a ser condicionadas por considerações de ordem econômica.<sup>9</sup>

Na propriedade comunal estatal, concomitantemente à maior complexidade da divisão social do trabalho, estabeleceu-se uma nítida separação das funções cidade–campo e das próprias cidades entre si, implicando a constituição de instituições para legitimar as relações de dominação e exploração entre as mesmas.

Nestas poucas linhas em que se discorreu sobre as origens da cidade, segundo a perspectiva marxista, já parece confirmar-se aquele pensamento que tomamos emprestado de Harvey na introdução a este artigo. Contudo,

este se torna ainda mais claro quando é colocada em foco a urbanização medieval, ou melhor, o modo de produção feudal, que passamos a discutir.

Historicamente é determinado como marco inicial da Idade Média a queda do Império Romano, o qual já entrara em franca decadência desde o final do reinado de Constantino – período em que se oficializou o cristianismo como a religião oficial do Império.

Teve-se no feudalismo o modo de produção característico da Idade Média. Pelo regime feudal, um vassalo obtinha de um senhor nobre (suserano) determinada concessão territorial, havendo a correspondência de obrigações de ambas as partes. A plebe compunha a classe de tudo desprovida, encontrando-se em condição de pobreza extrema. É interessante a seguinte descrição que Engels faz desta classe:

Os plebeus eram, outrora, a única classe que estava completamente fora da sociedade oficial existente. Ela se encontrava fora da comunidade feudal e fora da coligação (*verband*) burguesa. Ela não tinha sequer (...) uma propriedade sobrecarregada de encargos sufocantes. Sob qualquer ângulo, ela era sem posses nem direitos; suas condições de vida não entravam em contato sequer com as instituições existentes, pelas quais era completamente ignorada.<sup>10</sup>

A base da economia feudal estava na agricultura praticada pelos servos (classe efetivamente produtiva), e isto porque a decadência do Império Romano e a conquista bárbara “destruíram uma massa de forças produtivas; (...) a indústria decaiu pela falta de mercado, o comércio estava adormecido, ou violentamente interrompido, a população urbana e rural havia diminuído”.<sup>11</sup> Logo, a propriedade da terra era condição de riqueza, e tanto mais rico se era, quanto maior fosse a extensão do feudo e o número de servos “prestadores de serviços”.

No plano ideológico, a Idade Média ficou sob os auspícios do cristianismo, “a única coisa que ela tinha recebido do antigo mundo naufragado”.<sup>12</sup> No que se refere a este domínio da fé cristã, Engels tece os seguintes comentários:

A conseqüência disso foi que, como em todas as fases primitivas de evolução, os padrecas tiveram o monopólio da formação intelectual

e, com isso, a própria educação teve um caráter essencialmente teológico. Nas mãos dos padrecas, política e jurisprudência, como todas as outras ciências, não passaram de meros ramos de teologia e foram tratadas segundo os princípios vigentes nesta (...) E essa supremacia da teologia em todo o campo de atividade intelectual era, ao mesmo tempo, a conseqüência necessária da posição da Igreja como síntese mais geral e sanção da dominação feudal vigente.<sup>13</sup>

Na estrutura política o período medieval se caracterizou pela concentração do poder nas mãos do “senhor feudal”, o qual, aliado à Igreja, procurava manter a “ordem”, uma vez que “a estrutura hierárquica da posse da terra e os seus sequazes armados, o que se ligava àquela, davam à nobreza o poder sobre os servos”.<sup>14</sup>

A base econômica agrícola e os preconceitos às atividades de “negotiu” fizeram com que houvesse pouca produção de excedente, vindo a explicar, segundo David Harvey, em *A justiça social e a cidade*, a retração urbana no feudalismo.<sup>15</sup> Com base em Pirenne, Sposito destaca dois tipos de cidades medievais: os burgos e as cidades episcopais. Tais cidades apresentavam as seguintes funções:

i) as “cidades episcopais” – centros de administração eclesiástica, com papel econômico praticamente nulo, pois o pequeno mercado de abrangência apenas local não poderia ser considerado como manifestação de comércio efetivo. Tais cidades subsistiam às custas dos tributos recolhidos nos latifúndios pertencentes ao bispo e abades ali residentes.

ii) os “burgos” – pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abrigavam também, geralmente, uma igreja.<sup>16</sup>

Neste sentido, pode-se colocar com bastante propriedade a seguinte afirmação de Katznelson: “The relationship between the town and feudalism was mainly one synergism, not contrariety. The principles

undergirding feudalism – principles of political authority hierarchy, regulation, and space – included and incorporated the towns.”<sup>17</sup>

### 3. – A URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO

Com o reflorescimento das relações comerciais Europa-Oriente decorrente do fim do domínio muçulmano no Mediterrâneo, revitalizou-se, paralelamente, a vida urbana, posto que, segundo Sposito, o reatamento destas ligações comerciais “reforçou o fluxo comercial e a procura de proteção por parte dos mercadores”, implicando uma “ocupação extramuros” da leva de mercadores. “Daí resultou a expressão ‘foris-burgo’, que queria dizer burgo dos arredores, ou arrebaldes.”<sup>18</sup> Sposito ressalta também que, além do ressurgimento da vida urbana nos feudos e seus arredores, novas cidades foram criadas tanto em antigos aglomerados urbanos de antanho, como em diversos novos sítios.

O desenvolvimento do comércio, ao mesmo tempo em que dinamizava o mundo urbano, gerava as condições necessárias para o fim do regime feudal. Para Engels, estas condições encontravam plano de manifestação na “heresia das cidades”, que se configurava de duas maneiras fundamentais:

- i) na “heresia burguesa” - pela exigência de uma *église à bon marché*, ou seja, os burgueses passaram a defender a “restauração da constituição simples da Igreja do cristianismo primevo e supressão do sacerdócio exclusivo”.
- ii) na “heresia camponesa plebéia” – plebeus e camponeses concordavam com a “heresia burguesa” nas exigências de uma Igreja menos ostensiva e repressora, mas iam além destas reivindicações, pois buscavam “a restauração das relações de igualdade cristã primitiva entre os membros da comunidade e o seu reconhecimento como norma também para o mundo civil”.<sup>19</sup>

Na visão de Marx, a Revolução Francesa, vista como a consumação das “heresias da cidade”, varreu as “ruínas de tempos passados e limpou,

assim, simultaneamente o chão social dos últimos empecilhos que estavam no caminho da supra-estrutura (*überbau*) do moderno edifício do Estado”.<sup>20</sup> Mas este Estado moderno foi gestado dentro do feudalismo, ou seja, a aliança da emergente burguesia comercial com a realeza, ao possibilitar a formação e o fortalecimento dos estados nacionais absolutistas pela centralização do poder, preparou o solo para esta modificação mais profunda: a destruição do regime feudal e sua arcaica forma de governo.

No período histórico em que a nobreza e a burguesia mantinham elos estreitos de interesse (desenvolvimento do capital mercantil), houve consideráveis sopros de urbanização, pois a nobreza “descapitalizada” comercializava as suas terras com a burguesia “acumuladora” que começava a investir, paralelamente, na manufatura. Contudo, tais sopros não foram comparáveis aos ventos de urbanização trazidos pela Revolução Industrial. Harvey considera que, para a entrada em cena efetiva do capitalismo industrial, fora necessário o suporte anteriormente construído pelo capitalismo mercantil que, ao procurar “aumentar a circulação do excedente”, transformara “as economias de uma base produtiva destinada a produzir valores de uso em outra destinada a produzir valores de troca”.<sup>21</sup> Ainda sobre esta fase de decadência do capitalismo mercantil e de projeção do capitalismo industrial, este mesmo autor nota um “relacionamento sensível” entre sistema de pagamentos em salário, localização industrial e fenômeno urbano, esclarecendo-o da seguinte maneira:

Um sistema assalariado existiu naturalmente, mas os salários eram usualmente regulados quer pela autoridade urbana quer através da intervenção do Estado. A atividade industrial foi freqüentemente forçada, em conseqüência, a buscar localizações nas áreas rurais, longe da influência e da regulação urbanas.<sup>22</sup>

O capital industrial, ao passo em que ia substituindo o capital mercantil, a forma de pagamento pelo trabalho realizado e os “moldes pretéritos” de urbanização, transformava profundamente as relações sociais.

Com a Revolução Industrial não houve, com efeito, segundo Engels,<sup>23</sup> uma melhoria no modo de vida dos trabalhadores; pelo contrário,



à produção em massa de valores de troca, pela introdução da maquinaria e da divisão do trabalho, seguia-se uma sensível desvalorização do trabalho e o aumento do trabalho alienado. Assim propulsionada, esta nova estrutura econômica permitia que a minoria burguesa acumulasse e, mais ainda, reproduzisse a acumulação de capital mediante constantes investimentos na “tecnologia de produção” e na “especialização do trabalho”, que se constituíram em formas mais sutis de extração de mais-valia do que a sobrecarga em horas na jornada de trabalho.

Quanto mais a industrialização se impunha, mais notórias tornavam-se as transformações no processo de urbanização. Singer exara da seguinte forma o relacionamento indústria–cidade no momento da Revolução Industrial.

Quando a fábrica não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Mas é, em ambos os casos, uma cidade diferente. Em contraste com a antiga cidade comercial, que impunha ao campo o seu domínio político, para explorá-lo mediante uma rede de monopólios, a cidade industrial se impõe graças à sua superioridade produtiva.<sup>24</sup>

O capitalismo industrial não transformou a cidade apenas no que diz respeito ao seu número de habitantes, mais que isto, foram realizadas “mudanças estruturais, do que o crescimento populacional era apenas decorrência”. Como exemplo destas “mudanças estruturais”, Sposito cita: “fortalecimento das relações entre os lugares”, “divisão territorial do trabalho”, “homogeneização dos valores culturais”.<sup>25</sup>

Nas pesquisas urbanas hodiernas, considera-se que para o capitalismo a organização urbana é de vital importância, e isto é colocado da seguinte forma por Carlos: “A produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital. A cidade se apresenta como a materialização das condições gerais do processo em sua totalidade.”<sup>26</sup>

A partir de Harvey extraímos a possibilidade de discussão das funções que a cidade tem assumido em um enfoque marxista. Recorremos novamente a este autor para findar tal discussão, adotando como assunto o espaço urbano no capitalismo monopolista.

Conforme expressa Harvey “historicamente, os centros urbanos têm sido o lugar de poder do monopólio”,<sup>27</sup> seja em referência às atividades produtivas tipicamente urbanas, seja com relação àquelas tradicionalmente ligadas ao mundo rural. Desta forma, o elo cidade–monopólio não é uma “invenção” do atual estágio do capitalismo, mas este elo hoje possui a especificidade de ter mudado brutalmente a sua “escala de empresa”, o que veio a produzir “certas mudanças qualitativas na forma social da metropolização contemporânea”.<sup>28</sup> A alteração nesta “escala de empresa” pode ser comprovada através do parâmetro utilizado para se “medir a riqueza”, o que é assim explicado por Harvey: a riqueza produzida “é medida como taxa de fluxo mais do que como quantidade absoluta de produto estocado”.<sup>29</sup> Mediante tal semblante da riqueza, Harvey encara a grande corporação numa situação bastante vulnerável, uma vez que o seu poder “limita-se a proteger e levantar a taxa de mais-valia que está circulando”,<sup>30</sup> apoiada por aparatos legais do mercado financeiro; quer dizer, “a grande corporação pode parecer grande e todo poderosa, mas ela é assim somente na medida em que se orienta para seguir o critério imposto pelo mercado regulador”.<sup>31</sup>

A estratégia recente das grandes empresas para que a sua taxa de circulação de mais-valia não entre em colapso e continue se ampliando é a formação de conglomerados, que têm sua atuação assim descrita pelo autor em questão:

Os conglomerados não se identificam com nenhuma linha de atividade, nenhum lugar, ou mesmo nenhum país (eles são instituições internacionais sem localização). Eles são uma adaptação institucional à necessidade de expandir a quantidade de mais-valia em circulação, assim como aumentar a taxa de circulação; uma necessidade gerada pela tendência da taxa de lucro em cair.<sup>32</sup>

Outro aspecto que julgamos interessante salientar na abordagem de Harvey sobre a cidade no capitalismo monopolista é a maneira como ele demonstra que a criação de “necessidades” por parte das grandes corporações ao consumo de seus produtos – o que implica a eliminação da “possibilidade dessa necessidade ser satisfeita por uma substituição de produto”<sup>33</sup> – é uma estratégia eficaz para se manter os índices de

circulação de mais-valia. A manutenção da taxa de circulação de mais-valia e a possibilidade de aumento da mesma também se faz pela “obsolescência planejada” dos bens de consumo (duráveis ou não).

Edifícios bons são derrubados para abrir caminho para novos edifícios, que terão vida econômica breve (...) Não é mera paixão cultural por novidade o que leva a derrubar e construir nas economias metropolitanas (...) É necessidade econômica.<sup>34</sup>

As grandes corporações criam necessidades no indivíduo em escala local para expandir cada vez mais a circulação de mais-valia no plano mundial. Desta maneira, no capitalismo monopolista, as grandes cidades não se articulam apenas com a sua periferia, seja ela local, regional ou nacional. Esta articulação atinge hoje níveis planetários, através de uma “hierarquia urbana transnacional”, altamente integrada pelo capital. Numa economia mundial despontam as “cidades mundiais”.

Estas cidades seriam regiões urbanizadas em grande escala, centros básicos do controle e da acumulação do capital a nível nacional e internacional, responsáveis pelos investimentos, pelo desempenho do sistema econômico mundial e veículo de articulação financeira.<sup>35</sup>

#### 4. – CONCLUSÃO

A perspectiva marxista se nos apresenta como uma via interessante de entendimento da evolução urbana, correlacionando urbanização—diferentes modos de produção. Entretanto, por sua natureza, o marxismo trata a cidade na instância do “espaço ocupado”, ou seja, o enfoque aí realizado diz respeito à “experiência do espaço”. Neste momento conclusivo, aproveitamos para apresentar a sugestão de que, paralelo a tal tipo de investigação, nós, geógrafos, passemos a pesquisar a cidade enquanto “espaço habitado”, ou o “espaço como experiência”. Para tanto, sugerimos a fenomenologia como método e, mais especificamente, as considerações de Ladrière acerca da cidade invisível (cidade como

essência afetiva), a compreensão de Heidegger do “habitar” e a interpretação do espaço de Merleau-Ponty.

Desta forma, se no marxismo temos a evolução urbana em termos histórico-materiais, buscando-se o caminho da fenomenologia veremos o plano historial-hermenêutico. Conseqüentemente, o objeto de pesquisa seria outro: ao invés do “homem produtor do espaço urbano”, colocaríamos em questão “o homem constituidor de uma espacialidade urbana” pela consideração, por exemplo, de “o ser-em e o urbano”, “a cidade e o imaginário”, “o sentido do urbano”, “a de-cadência do homem no cotidiano urbano”.

Enfim, ressaltamos mais uma vez que tais abordagens não devem ser vistas como excludentes à perspectiva marxista, mas sim como complementares, pois desse modo poderemos talvez chegar a um conhecimento mais rigoroso acerca deste complexo campo de investigação em que se constitui a cidade.

---

## RÉSUMÉ

Dans ce travail nous essayons d'analyser la théorie marxiste de l'évolution urbaine depuis le régime de la “propriété tribal” jusqu'au capitalisme monopoliste. En suite, nous presentons quelques réflexions sur la nécessité de revoir l'évolution urbaine sous le regard du méthode phénoménologique.

---

## NOTAS

- 1 Cf. M. Gottidiener, *A produção social do espaço urbano*, 1993, p. 78-9.
- 2 Henri Lefébvre, *O direito à cidade*, 1991, p. 129.
- 3 Roberto L. Corrêa, *Região e organização espacial*, 1987, p. 71.
- 4 Idem, *ibid.*
- 5 D. Harvey, *A justiça social e a cidade*, 1980, p. 174.
- 6 K. Marx; F. Engels, *A ideologia alemã*, 1989, p. 30.
- 7 Idem, *Formações econômicas pré-capitalistas*, 1977, p. 30.

- 8 Consulte-se K. Marx, op. cit., p. 68. Sobre o início do processo de urbanização em comunidades primitivas leia-se V. Gordon Childe, *The urban revolution*. In: J. Walton; D. E. Carns, *Cities in change: Studies on urban condition*, 1974, p. 17-22.
- 9 Darcy Ribeiro, *O processo civilizatório*, 1979, p. 75.
- 10 F. Engels. Os grandes agrupamentos de oposição e suas ideologias – Lutero e Münzer (As guerras camponesas na Alemanha). In: K. Marx; F. Engels, *História*, 1984, p. 240.
- 11 Idem, op. cit., p. 190. Darcy Ribeiro identifica, por isso, o feudalismo “como uma regressão provocada pela desintegração do sistema associativo, das instituições políticas centralizadoras e do sistema mercantil de uma área integrada numa civilização, fazendo-a recair numa economia de subsistência” (D. Ribeiro, op. cit., p. 60).
- 12 F. Engels, op. cit., p. 237.
- 13 Idem, *ibid.*
- 14 K. Marx; F. Engels, op. cit., p. 237.
- 15 (Fizemos questão de frisar no texto a obra de Harvey a que nos referimos, pois a sua produção é bastante abrangente e contemporânea). Nesta mesma obra, Harvey considera que “as cidades formam-se através da concentração geográfica de um produto social excedente, que o modo de integração econômica deve, por isso, ser capaz de produzir e concentrar” (p. 185 ). Entretanto, na Idade Média, “grande parte do excedente não estava concentrado geograficamente em uma forma urbana – ele permaneceu disperso através do sistema feudal”. (p. 215).
- 16 Maria Encarnação B. Sposito, *Capitalismo e urbanização*, 1981, p. 80.
- 17 Ira Katznelson, *Marxism and the city*, 1992, p. 163.
- 18 Maria Encarnação B. Sposito, op. cit., p. 31.
- 19 F. Engels, op. cit., p. 239.
- 20 K. Marx. O que é comuna? In: K. Marx e F. Engels, op. cit., p. 294.
- 21 D. Harvey, op. cit., p. 218.
- 22 Idem, op. cit., p. 222.
- 23 F. Engels, *Barbárie e Civilização*. In: K. Marx; F. Engels, op. cit., p. 335.

- 24 Paul Singer, *Economia política da urbanização*, 1973, p. 12-3.  
25 Maria Encarnação B. Sposito, op. cit., p. 53.  
26 Ana Fani A. Carlos, *Espaço e indústria*, 1990, p. 41.  
27 D. Harvey, op. cit., p. 228.  
28 Idem, ibid.  
29 Idem, ibid.  
30 Idem, ibid.  
31 Idem, ibid.  
32 Idem, p. 230.  
33 Idem, p. 232.  
34 Idem, ibid.  
35 Ana Fani A. Carlos, op. cit., p. 50.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, A. F. A. *Espaço e indústria*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 70p.  
CHILDE, G. V. The urban revolution. In: WALTON, J.; CARNS, D. E. *Cities in change: studies on the urban condition*. 3. ed. Boston: Allyn & Bacon, 1974, p. 13-22.  
CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 93p.  
GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993. 310p.  
HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. Trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.  
HEIDEGGER, M. Bâtir, habiter, penser. In: *Essais et Conférences*. Trad. André Preau. Paris: Gallimard, 1958, p. 170-193.  
\_\_\_\_\_. *Ser e tempo*. Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988, vol I., 322p.  
KATZNELSON, Ira. *Marxism and the city*. New York: Oxford University Press, 1992. 320p.

- LADRIÈRE, J. A cidade, indutor existencial. In: *Vida social e destinação*. Trad. Maria Ivone da S. O. C. Silva. São Paulo: Convívio, 1979, p. 164-90.
- LEFÉBVRE, H. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.
- MARX, K.; ENGELS, F. *História*. Org. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. 496p.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã* (I – Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 138p.
- \_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Trad. José Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 137p.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phenomenology of perception*. New York: Humanities Press, 1962. 240p.
- RIBEIRO, D. *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução sócio-cultural*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 260p.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 152p.
- SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. 4. ed. São Paulo: Global, 1987. 54p.